

DECRETO POLÊMICO

Agropecuária apresenta primeira contestação de terras indígenas

MST critica o governo

Da Reportagem Local

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) enviou carta ontem ao presidente Fernando Henrique protestando contra a "violação dos direitos históricos" dos índios.

Para o MST, o governo quer "reduzir as terras indígenas em favor de grileiros, latifundiários e madeireiros". "(O governo FHC) quer implantar uma política indigenista que nem mesmo os militares tiveram ousadia de propor." O MST vai na manifestação contra o decreto, quarta-feira, em Brasília.

Da Sucursal de Brasília

A Agropecuária Sattin S/A apresentou ontem no Palácio do Planalto a primeira contestação de áreas indígenas, quatro dias após a publicação do decreto 1.775, que permite a revisão das terras demarcadas. A empresa quer rever a área de Sete Cerros (MS), onde vivem índios kaiowás.

A ação da Sattin pede a anulação de um decreto presidencial que homologou, em 1993, uma área de 9.000 hectares para cerca de 230 índios guarani-kaiowás. A empresa alega que a demarcação não respeitou os títulos adquiridos ao governo estadual em 1929.

O advogado da agropecuária, José Goulart Quirino, anunciou que na próxima semana será apresentada uma segunda contestação. Será a da Colônia Agrícola de Panambizinho (MS), que fica em área indígena com o mesmo nome.

O porta-voz da presidência da República, Sergio Amaral, afirmou

que o governo considera as áreas homologadas pelo presidente da República atos jurídicos perfeitos, que não podem ser revistos.

Quirino disse que a situação ficou tensa em Mato Grosso do Sul depois da visita do ministro da Justiça, Nelson Jobim, e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a áreas indígenas situadas na região.

Segundo o advogado, cerca de 70 empregados da agropecuária, em Sete Cerros (MS), foram desalojados pelos índios com a ajuda da Funai. A Funai afirmou desconhecer a operação de desalojamento expulsão dos empregados.

Em Panambizinho, de acordo com Quirino, a contestação será contra a ampliação da área indígena de 60 para 1.240 hectares, decretada no dia 13 de dezembro.

Segundo ele, a ampliação desalojou famílias assentadas ali desde 1943.